

RESTOS A PAGAR E SUSTENTABILIDADE FISCAL NOS CICLOS ELEITORAIS

Suze Lane de Assunção

Mestra em Ciências Contábeis e Administração

Fucape Business School

suzelane@hotmail.com

<https://orcid.org/0009-0007-6977-6797>

Resumo

Este estudo objetivou analisar os impactos da utilização dos restos a pagar como ferramenta de gerenciamento de resultados na sustentabilidade fiscal e a reeleição dos prefeitos. A metodologia adotada foi quantitativa, com aplicação de regressão linear em dados em painel, abrangendo o período de 2015 a 2023, contemplando dois ciclos eleitorais nos municípios brasileiros. Os resultados indicaram uma redução na inscrição de restos a pagar em anos eleitorais, o que sugere um comportamento estratégico dos gestores para sinalizar responsabilidade fiscal. Verificou-se ainda que o aumento nos restos a pagar processados está positivamente associado à probabilidade de reeleição, enquanto os não processados apresentam efeito negativo, revelando diferentes percepções por parte do eleitorado. No que se refere à sustentabilidade fiscal, os restos a pagar demonstraram melhora temporária nos indicadores, indicando que sua utilização pode mascarar a real situação fiscal no curto prazo. A contribuição teórica do trabalho reside no aprofundamento da literatura sobre ciclos políticos e comportamento fiscal estratégico, ao distinguir os efeitos dos restos processados e não processados. O estudo contribui para o debate sobre comportamento estratégico de prefeitos, efetividade da fiscalização pelos Tribunais de Contas e percepção dos eleitores sobre responsabilidade fiscal.

Palavras-chave: Restos a Pagar; Sustentabilidade Fiscal; Reelection; Gerenciamento de Resultados; Ciclos Eleitorais.

Abstract

This study aimed to analyze the impacts of using outstanding payments as a tool for managing results on fiscal sustainability and the reelection of mayors. The methodology adopted was quantitative, with the application of linear regression in panel data, covering the period from 2015 to 2023, contemplating two electoral cycles in Brazilian municipalities. The results indicated a reduction in the registration of outstanding payments in election years, which suggests a strategic behavior of managers to signal fiscal responsibility. It was also found that the increase in processed outstanding payments is positively associated with the probability of reelection, while unprocessed outstanding payments have a negative effect, revealing different perceptions by the electorate. Regarding fiscal sustainability, outstanding payments demonstrated a temporary improvement in the indicators, indicating that their use can mask the real fiscal situation in the short term. The theoretical contribution of the work lies in the deepening of the literature on political cycles and strategic fiscal behavior, by distinguishing the effects of processed and unprocessed outstanding payments. The study contributes to the debate on the strategic behavior of mayors, the effectiveness of oversight by the Courts of Auditors and voters' perception of fiscal responsibility.

Keywords: Outstanding Amounts; Fiscal Sustainability; Reelection; Results Management; Electoral Cycles.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história política, observou-se que os atributos dos candidatos influenciam suas ações na gestão pública, impactando decisões governamentais e a sociedade (Rotta et al., 2023). No contexto dos ciclos orçamentários, gestores podem manipular a percepção de eleitores com baixo conhecimento fiscal para obter vantagens eleitorais (Crombach & Bohn, 2024). Além da prestação de contas, fatores como o mercado financeiro e a busca pela reeleição influenciam a atuação dos prefeitos (Bessho & Hirota, 2021). Nesse cenário, estudos internacionais como os realizados na Itália, revelam que entidades municipais recorrem a práticas de manipulação financeira de forma oportunista, com o objetivo de elevar suas chances de reeleição (Capalbo et al., 2021).

A conformidade fiscal, além de evitar sanções, pode ser explorada como estratégia eleitoral, sendo percebida como competência administrativa (Kuroki, 2023). Nesse sentido, o cumprimento das normas fiscais fortalece a imagem de responsabilidade dos gestores (Marciniuk & Bugarin, 2019). Contudo, o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF varia entre municípios, o que permite espaço para inscrição discricionária de restos a pagar (Camargo & Sehnem, 2010; Almeida et al., 2018). O Tribunal de Contas busca mitigar tais práticas por meio da fiscalização (Mendes et al., 2020).

Os gestores também utilizam mecanismos de gerenciamento de resultados para influenciar a percepção pública, mesmo que operando dentro da legalidade (Healy & Wahlen, 1999). Entre esses mecanismos, destaca-se a inscrição de restos a pagar como *carry over*, prática que pode afetar negativamente a previsibilidade orçamentária e a sustentabilidade fiscal (Aquino & Azevedo, 2017; Almeida et al., 2018). Apesar de avanços nos estudos técnicos sobre restos a pagar, seus efeitos na sustentabilidade fiscal e na reeleição ainda são pouco explorados, restando uma lacuna sobre o tema.

Diante disso, esta pesquisa objetiva analisar os impactos da utilização dos restos a pagar como ferramenta de gerenciamento de resultados na sustentabilidade fiscal e na reeleição. Com abordagem quantitativa, os dados de 2015 a 2023 foram analisados via regressão em painel. Os resultados indicaram que restos a pagar processados aumentam a probabilidade de reeleição, ao passo que os não processados têm efeito contrário, refletindo percepções distintas do eleitorado. Quanto à sustentabilidade fiscal, observou-se uma melhora temporária nos indicadores, sugerindo que essa prática pode ocultar fragilidades fiscais no curto prazo.

O estudo amplia as análises de Araújo et al. (2023) e Waldna (2018), adicionando outros fatores associados ao comportamento oportunista do gestor diante da utilização dos restos a pagar para manipulação dos resultados fiscais. A pesquisa contribui para o aprimoramento do controle fiscal ao evidenciar como diferentes tipos de restos a pagar afetam a reeleição e a sustentabilidade fiscal, oferecendo subsídios para que órgãos de controle e reguladores identifiquem sinais de manipulação orçamentária em períodos eleitorais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. RESTOS A PAGAR E CICLOS POLÍTICOS

Os restos a pagar, compostos por despesas empenhadas e não pagas ao final do exercício, dividem-se em processados e não processados, comprometendo o exercício seguinte (Lei 4.320/1964). Essas despesas geram distorções nas contas públicas ao permitirem registros parciais que ocultam déficits e superávits (Costa et al., 2013). Essa prática insere-se no contexto do gerenciamento de resultados, onde gestores utilizam a discricionariedade contábil para influenciar usuários da informação (Dechow et al., 1995). Embora operem dentro da legalidade, essas ações podem ser vistas como distorções contábeis, dependendo da perspectiva adotada (Omurgonulsen & Omurgonulsen, 2009). A motivação reside no desejo de conquistar a

confiança dos eleitores, que ao utilizarem informações financeiras são influenciados em suas decisões de voto (Kuroki, 2023).

Gestores tendem a ajustar despesas para ampliar a chance de reeleição, especialmente no ano anterior ao pleito (Coelho, 2004). Indicadores de sustentabilidade como liquidez e endividamento também são manipulados nesse contexto (Cohen & Malkogianni, 2021). Estratégias políticas incluem redução de penalidades e aumento de arrecadações pré-eleitorais (Benito et al., 2021), uso de ajustes contábeis (Chen et al., 2008), e manipulação de contas específicas (Santos et al., 2012). Governos locais ingleses acumulam anomalias para manter o equilíbrio orçamentário (Arcas & Martí, 2016). De forma semelhante, experiências em Gana e na União Europeia demonstram que mesmo diante de regras fiscais rigorosas, práticas oportunistas persistem em cenários eleitorais (Pimpong & Tei, 2022; Onofrei et al., 2020).

No Brasil, mesmo com a LRF e o Código Penal, ainda há brechas legais e assimetrias na fiscalização dos tribunais de contas que favorecem o uso dos restos a pagar como mecanismo de ajuste (Cruz et al., 2018; Santos et al., 2021; Nunes et al., 2019). Assim, formulou-se a hipótese **H1**: Em períodos eleitorais, os prefeitos reduzem a inscrição dos restos a pagar.

A literatura sobre ciclos políticos indica que gestores ajustam suas condutas em períodos eleitorais para aumentar suas chances de reeleição, comportamento classificado como oportunista por Nordhaus (1975) e reforçado por Rogoff (1987), que destaca a manipulação de políticas fiscais em detrimento da sustentabilidade econômica. Gonçalves et al. (2017) identificaram aumento de investimentos em infraestrutura por partidos de esquerda e centro antes das eleições, enquanto Hibbs (1977) propôs que as estratégias eleitorais também refletem convicções ideológicas. O conceito do eleitor mediano (Downs, 1957) ajuda a explicar por que prefeitos priorizam investimentos visíveis, como demonstrado por Dias et al. (2018). Além da ideologia, características pessoais dos candidatos também influenciam o voto, como apontam Segerberg (2024) e Benedictis-Kessner & Warshaw (2020), que destacam o papel da economia no desempenho eleitoral. Em contextos com maior acesso à informação, eleitores tendem a punir manipulações fiscais oportunistas (Crombach & Bohn, 2024). Estudos sobre *accruals* em governos locais reforçam que a proximidade das eleições estimula o gerenciamento de resultados (Cohen et al., 2019), com foco em gastos visíveis, como habitação e assistência social (Lautenschlag, 2022). Diante disso, desenvolveu-se a hipótese: **H2**: O aumento da inscrição dos restos a pagar aumenta a probabilidade de reeleição.

2.2. RESTOS A PAGAR E SUSTENTABILIDADE FISCAL

A sustentabilidade fiscal consiste na capacidade de o governo manter suas finanças equilibradas no tempo, garantindo controle da dívida pública e evitando déficits excessivos (Baksay & Kiss, 2023). Para isso, são necessárias regras orçamentárias eficazes que assegurem responsabilidade fiscal, transparência e estabilidade da dívida (Onofrei et al., 2020). A gestão dos recursos oriundos de tributos e dívida pública é essencial para atender às demandas sociais e promover o bem-estar (Fan et al., 2020). A busca pelo equilíbrio das contas públicas é indispensável para evitar crises econômicas e assegurar serviços de qualidade (Ribeiro et al., 2024).

Nos municípios, a principal fonte de financiamento são as transferências intergovernamentais, dada a limitação da arrecadação própria (Louzano et al., 2023). Em razão disso, muitos recorrem a operações de crédito, o que sem controle pode comprometer investimentos essenciais devido ao aumento das despesas com juros e amortizações (Fattorelli et al., 2021). A LRF impõe restrições mais rigorosas no último ano de mandato, com foco no controle de pessoal, endividamento e execução orçamentária (Johanson, 2016). No entanto, a Emenda da Reeleição, ancorada na teoria dos ciclos políticos, favorece práticas oportunistas e aumento de despesas correntes em períodos eleitorais (Nakaguma & Bender, 2006).

Cumprir a LRF ajuda a reduzir insuficiência financeira e endividamento, promovendo transparência e planejamento eficaz (Campos et al., 2023). Sendo que a participação cidadã fortalece a governança e o equilíbrio fiscal por meio da interação entre governo e sociedade (Cigu et al., 2022). Além disso, embora haja variações em suas interpretações, uma notável falta de padronização e influência política que acentuam as assimetrias na fiscalização da LRF os tribunais de contas exercem a função de fiscalizar os gestores e aplicam sanções dentro dos limites legais (Cabral, 2020; Nunes et al., 2019).

A inscrição de restos a pagar compromete o equilíbrio financeiro dos municípios, por representar obrigações adiadas (Martins et al., 2021). Desse modo, o caso egípcio mostra que frente ao crescimento da dívida ajustes no saldo primário são necessários, mas devem preservar o crescimento econômico (Al Sayed et al., 2020). Quanto a adoção de políticas de austeridade para garantir a sustentabilidade pode reduzir investimentos sociais essenciais, como na educação (Silva, 2022). A negligência com a sustentabilidade fiscal leva à redução da qualidade de vida, elevação do desemprego, queda na capacidade de pagamento e elevação das taxas de juros (Gwóźdz & Kołodziej, 2024).

2.1.1. Resultado Primário

O resultado primário é um indicador essencial da saúde fiscal, pois mede a diferença entre receitas e despesas correntes, excluindo os juros da dívida, sendo fundamental para avaliar a capacidade de geração de superávit antes dos encargos financeiros (MDF, 2023). A longo prazo, há uma relação de equilíbrio entre o resultado primário e a dívida líquida dos Estados, com ambas as variáveis se ajustando mutuamente, refletindo um esforço contínuo de sustentabilidade (Caldeira et al., 2016). Isso demonstra que as políticas fiscais tendem a reagir ao aumento da dívida, ajustando o resultado primário para manter a responsabilidade fiscal (Caldeira et al., 2016).

Manter um resultado primário positivo é sinal de eficiência fiscal, pois indica que o governo consegue arrecadar recursos suficientes para cobrir suas despesas sem ampliar o endividamento (Lima et al., 2024). No caso dos estados brasileiros, diversos fatores influenciam o cumprimento dessa meta, como aspectos sociais, dados contábeis e o perfil dos gestores públicos (Lima et al., 2024). A prática de inscrever restos a pagar, sejam processados ou não, compromete esse indicador, uma vez que adiar despesas para exercícios seguintes aumenta a probabilidade de déficits primários (Ribeiro et al., 2022). Isso evidencia a fragilidade fiscal do ente, sinalizando dificuldades em financiar políticas públicas e exigindo ajustes orçamentários para evitar o crescimento descontrolado da dívida (Ribeiro et al., 2022).

2.1.2. Resultado Nominal

O resultado nominal avalia o impacto global das operações fiscais e financeiras sobre a dívida pública, considerando todas as receitas e despesas, inclusive os juros, sendo um indicador da capacidade do governo em cumprir seus compromissos financeiros totais (MDF, 2023). Por isso, seu cálculo é essencial para analisar o endividamento e garantir a compatibilidade da política fiscal com a sustentabilidade de longo prazo (Costa et al., 2017). Apesar das exigências da LRF quanto ao cumprimento das metas de resultado nominal, muitos municípios ainda enfrentam dificuldades para alcançá-las, evidenciando fragilidades na gestão da dívida e a necessidade de avanços no controle orçamentário (Costa et al., 2017).

O acompanhamento do resultado nominal permite ao governo realizar ajustes em contextos de déficit, a fim de evitar que o endividamento atinja níveis insustentáveis e comprometa a solvência do ente público (Costa et al., 2020). Resultados nominais persistentemente negativos podem exigir medidas de austeridade, como cortes em despesas ou aumento de tributos, o que nem sempre está alinhado às preferências da população (Costa et

al., 2020). À luz de estudos que associam o uso dos restos a pagar à deterioração das finanças futuras, como estratégia de manipulação para fins eleitorais, propõe-se a seguinte hipótese: **H3** Em períodos eleitorais, o uso de restos a pagar compromete a sustentabilidade fiscal.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1. COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

A amostra do estudo abrange municípios brasileiros entre 2015 e 2023, totalizando 37.004 observações sobre a inscrição de restos a pagar, distribuídas entre anos de eleição e não eleição. Inicialmente, a amostra contava com 49.300 observações, das quais foram excluídas 11.169 por ausência de dados e 1.127 por serem outliers, identificados pelo critério de valores acima de 3 ou abaixo de -3 desvios padrão. Após o tratamento, a amostra final concentrou 8.063 observações em anos de eleição e 28.941 em anos não eleitorais, conforme apresentado na TABELA 1.

TABELA 1: NÚMERO DE OBSERVAÇÕES

Descrição	Eleição	Não Eleição	Total
Amostral Inicial	10.951	38.349	49.300
<i>Missing (-)</i>	2.782	8.387	11.169
<i>Outlier (-)</i>	106	1.021	1.127
Amostral Final	8.063	28.941	37.004

Fonte: Elaborado pela autora.

A coleta de dados foi realizada entre agosto e setembro de 2024, por meio do site do SICONFI, com base no Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO, Anexo 6 – Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal, e na Declaração das Contas Anuais - DCA, Anexo I-D – Balanço Orçamentário – Despesas Orçamentárias. A partir do Anexo I-D, obtiveram-se os dados sobre a inscrição anual dos restos a pagar, contemplando os processados (bens ou serviços já entregues) e os não processados (em fase de execução), permitindo a análise de padrões de comportamento fiscal, especialmente em anos eleitorais (Araújo et al., 2023).

A sustentabilidade fiscal foi avaliada com base nos indicadores de resultado primário e resultado nominal, ambos extraídos do Anexo 6. O resultado primário foi obtido pela diferença entre receitas e despesas primárias, indicador fundamental para mensurar a capacidade de geração de superávits fiscais (Caldeira et al., 2016). Já o resultado nominal considera o ajuste do resultado primário pelos juros da dívida, oferecendo uma visão mais abrangente da posição fiscal dos municípios (Cassimiro et al., 2021).

As informações eleitorais foram obtidas junto ao Tribunal Superior Eleitoral - TSE, incluindo dados sobre elegibilidade e resultados de eleições e reeleições. As variáveis socioeconômicas de controle foram extraídas das bases no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e do próprio TSE. A TABELA 2 resume as variáveis dependentes, independentes e de controle utilizadas na análise.

TABELA 2: DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS

Painel A – Variáveis Dependentes		
Variáveis	Definição	Referência
MINSC	Montante de Inscrição de Restos a Pagar (Contas Contábeis 6.3.1.7.0.00+ 6.3.2.7.0.00)	Almeida et al. (2018); Araújo et al. (2023); Carvalho e Piscitelli (2014); Ribeiro et al. (2022)

RPNP	Inscrição de Restos a Pagar Não Processados (Conta Contábil 6.3.1.7.0.00)	Almeida et al. (2018); Araújo et al. (2023); Carvalho e Piscitelli (2014); Ribeiro et al. (2022)
RPP	Inscrição de Restos a Pagar Processados (Conta Contábil 6.3.2.7.0.00)	Almeida et al. (2018); Araújo et al. (2023); Carvalho e Piscitelli (2014); Ribeiro et al. (2022)
DREELEIÇÃO	Probabilidade de reeleição do prefeito (<i>Dummy</i> : 1 (reeleito), 0 (não reeleito))	Dias et al. (2018); Gonçalves et al. (2017); Li e Feiock (2020); Crombach e Bohn (2024)
RPRI	Indicadores de sustentabilidade fiscal (Receitas Primárias - Despesas Primárias)	Costa et al. (2017); Caldeira et al. (2016); Lima et al. (2024); Ribeiro et al. (2022) Goberti e Orair (2017); Carvalho e Piscitelli (2014)
RNOM	Indicadores de sustentabilidade fiscal (Resultado Primário - Pagamento de Juros)	Costa et al (2017); Caldeira et al. (2016);

Painel B – Variáveis Independentes

Variáveis	Definição	Referência
DELEICA0	Indicador de ano eleitoral: (<i>Dummy</i> : 1 (eleitoral), 0 (não eleitoral))	Coelho (2004); Santos et al. (2021); Li e Feiock (2020); Crombach e Bohn (2024)
Δ RPNP	Varição nos Restos a Pagar Não Processados	Almeida et al. (2018); Araújo et al. (2023); Carvalho e Piscitelli (2014); Ribeiro et al. (2022)
Δ RPP	Varição nos Restos a Pagar Processados	Almeida et al. (2018); Araújo et al. (2023); Carvalho & Piscitelli (2014); Ribeiro et al. (2022)

Painel C – Variáveis de Controle

Variáveis	Definição	Referência
PIBPERC	PIB per capita do município	Buendía-Carrillo et al. (2020); Almeida et al. (2018)
POP	Número de habitantes do município	Buendía-Carrillo et al. (2020); Almeida et al. (2018)
IDADEPREF	Idade em anos do Prefeito	Buendía-Carrillo et al. (2020); Rotta et al. (2023)
DCENTRO	Partidos Políticos (<i>Dummy</i> : 1 (Centro), 0 (Caso contrário))	Bolognesi et al. (2023)
DDIREITA	Partidos Políticos (<i>Dummy</i> : 1 (Direita), 0 (Caso contrário))	Bolognesi et al. (2023)
DESQUERDA	Partidos Políticos (<i>Dummy</i> : 1 (Esquerda), 0 (Caso contrário))	Bolognesi et al. (2023)

Fonte: Elaborado pela autora.

3.2. MODELO DE ANÁLISE

Para testar as hipóteses propostas, utilizou-se modelo de regressão linear múltipla com dados em painel, adequado à natureza longitudinal da amostra, permitindo capturar variações temporais entre os municípios. A hipótese H1, que propõe a redução de restos a pagar em anos eleitorais, foi testada com o seguinte modelo:

$$Y_{it} = \beta_0 + \beta_1 DELEIÇÃO_{it} + Controles_{it} + \epsilon_{it}$$

Esse modelo de regressão linear com dados em painel utilizou-se o método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), onde a variável dependente Y foi analisada em três formas distintas: o montante de inscrição de restos a pagar (MINSC), restos a pagar processados (RPP) e restos a pagar não processados (RPNP). As análises foram realizadas em duas amostras

principais: prefeitos em primeiro mandato que concorriam à reeleição e prefeitos em segundo mandato. Os resultados foram segmentados em quatro grupos: amostra total, primeira eleição, segunda eleição e não reeleição.

A variável dependente Y_{it} representa o montante o total de restos a pagar inscritos (MINSC), restos a pagar processados (RPP) e restos a pagar não processados (RPNP) pelo município i no período t . Esta variável permite medir as práticas de gestão orçamentária, potencialmente influenciadas por incentivos políticos durante períodos eleitorais (Carvalho & Piscitelli, 2014).

A variável independente que pode influenciar a inscrição dos restos a pagar compreende $DELEICAO_{it}$ aferida por uma *Dummy* que assume valor 1 se o período t é um ano eleitoral no município i , e 0 caso contrário. Espera-se que o coeficiente β_1 associado à variável $DELEICAO_{it}$ seja negativo e estatisticamente significativo, indicando uma redução na inscrição dos restos a pagar em anos eleitorais (Santos et al., 2021).

O segundo modelo de análise busca testar a hipótese H2: O aumento da inscrição dos restos a pagar aumenta a probabilidade de reeleição. Para avaliar essa relação, foi utilizada a seguinte especificação econométrica a seguir, baseada no método *logit* uma modelagem que avalia variáveis categóricas binárias, como a reeleição:

$$DREELEICAO_{it} = \beta_0 + \beta_1 \Delta RPP_{it} + \beta_2 \Delta RPNP_{it} + Controles_{it} + \epsilon_{it}$$

Neste modelo, a variável dependente $DREELEICAO_{it}$ representa a probabilidade de um prefeito no município i ser reeleito no período t . A reeleição é uma variável binária, onde 1 indica que o prefeito foi reeleito, e 0 indica que ele não foi reeleito. Este modelo permitirá avaliar se um aumento nos restos a pagar está associado a uma maior probabilidade de reeleição.

As variáveis independentes de interesse, ΔRPP_{it} e $\Delta RPNP_{it}$, mede a variação da inscrição dos Restos a Pagar Processados (RPP) e Restos a Pagar Não Processados (RPNP) pelo município i no tempo t em relação ao tempo anterior. Espera-se que o coeficiente β_1 e β_2 seja positivo, o que indicaria que um aumento nos restos a pagar está associado a uma maior probabilidade de reeleição do prefeito. A lógica por trás dessa expectativa é que o uso de restos a pagar pode ser uma estratégia de gerenciamento de resultados, onde os prefeitos aumentam despesas sem comprometer imediatamente a percepção de solvência fiscal, visando conquistar o apoio dos eleitores (Ribeiro et al., 2024).

A terceira etapa da análise empírica visa testar a hipótese de que o uso de restos a pagar se intensifica em períodos eleitorais, comprometendo a sustentabilidade fiscal. Para tanto, utilizaremos a especificação econométrica a seguir, estimada pelo método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO):

$$SF_{it} = \beta_0 + \beta_1 DELEICAO_{it} + \beta_2 RPP_{it} + \beta_3 RPNP_{it} + \beta_4 (DELEICAO_{it} \cdot RPP_{it}) + \beta_5 (DELEICAO_{it} \cdot RPNP_{it}) + Controles_{it} + \epsilon_{it}$$

Neste modelo, a variável dependente SF_{it} representa a medida de Sustentabilidade Fiscal do município i no período t , capturada pelos indicadores de resultado primário (RPRI) e resultado nominal (RNOM). O resultado primário é a diferença entre as receitas correntes e as despesas correntes, excluindo o pagamento de juros, e serve como uma medida de desempenho fiscal que reflete a capacidade da dívida do governo em gerar superávits antes do pagamento dos juros (Lima et al., 2024). Por outro lado, o resultado nominal inclui todas as receitas e despesas, contemplando também o pagamento de juros e variações da dívida, e oferece uma visão mais abrangente da situação fiscal geral do município (Costa et al., 2017).

A variável independente $DELEICAO_{it}$ é uma variável *dummy* que assume o valor 1 nos anos eleitorais e 0 nos demais anos. A expectativa é que em anos eleitorais, os prefeitos possam

adotar políticas fiscais mais expansivas ou menos responsáveis, o que poderia afetar negativamente a sustentabilidade fiscal (Li & Feiock, 2020).

As variáveis RPP_{it} e $RPNP_{it}$ capta o montante de restos a pagar inscritos pelo município i no período t . Essas variáveis são importantes para entender se o acúmulo de compromissos financeiros não pagos compromete a sustentabilidade fiscal.

Os termos de interação $DELEICA O_{it} \cdot RPP_{it}$ e $DELEICA O_{it} \cdot RPNP_{it}$ são elementos centrais desta análise, pois capta o efeito combinado do período eleitoral e do uso dos restos a pagar sobre a sustentabilidade fiscal. Os coeficientes β_4 e β_5 associados a essa interação é o foco principal da hipótese. Espera-se que esses coeficientes sejam negativos, indicando que em períodos eleitorais, o uso intensificado dos restos a pagar compromete de maneira mais significativa a sustentabilidade fiscal do que em períodos não eleitorais (Araújo et al., 2023).

Para dar suporte às variáveis de controle, foram incluídas nas três equações a população, a idade dos prefeitos e o PIB do município, conforme Buendía-Carrillo et al., (2020). A variável população controla o impacto do porte do município, uma vez que municípios mais populosos tendem a ter maiores demandas de serviços públicos e, conseqüentemente, diferentes padrões de gestão. A idade do prefeito é incluída para capturar possíveis variações de comportamento gerencial e político associadas à experiência e ao ciclo de vida do gestor, podendo influenciar suas decisões orçamentárias. Já o PIB do município serve para controlar o nível de atividade econômica local, refletindo a capacidade de geração de receitas e a robustez financeira do município, o que pode afetar a gestão de restos a pagar.

No segundo modelo, utilizado para testar a Hipótese 2 (H2), foi incorporada uma variável de controle referente à ideologia dos partidos políticos. A classificação seguiu Bolognesi et al. (2023), que utiliza a metodologia *expert surveys* e a análise de programas eleitorais, os partidos foram agrupados em três categorias: 'Esquerda', englobando partidos de esquerda e extrema-esquerda; 'Centro', que inclui partidos de centro-esquerda, centro e centro-direita; e 'Direita', composta por partidos de direita e extrema-direita. Essa variável foi incluída com o objetivo de controlar eventuais diferenças ideológicas no padrão de gestão fiscal, considerando que diferentes orientações políticas podem influenciar a forma como os gestores estruturam seus gastos e lidam com os restos a pagar. Dessa forma, sua presença no modelo contribuiu para isolar o efeito das variáveis principais, evitando que eventuais diferenças ideológicas distorçam a análise da relação entre a variação dos restos a pagar e a chance de reeleição.

Além disso, foi incorporado o controle do efeito fixo por ano, garantindo que as análises considerem variações temporais que possam impactar as variáveis fiscais e eleitorais, reduzindo potenciais vieses associados a mudanças macroeconômicas e conjunturais ao longo do período estudado. Aplicou-se a transformação Logaritmo Neperiano (LN) nas variáveis PIB per capita e população para reduzir a assimetria e melhorar a interpretação dos coeficientes no modelo econométrico.

Após a coleta, os dados foram organizados em planilhas eletrônicas no *Excel*® e tratados no *software Stata*® 18.0, o que facilitou a análise e a manipulação das informações. O tratamento dos dados incluiu a verificação de inconsistências e a exclusão de *outliers*, assegurando a robustez dos resultados. Para garantir que os modelos logístico e linear atendessem aos pressupostos necessários, aplicou-se o método de robustez, ajustando as estimativas para controlar potenciais problemas de heterocedasticidade (Greene, 2008; Wooldridge, 2010). Esse ajuste é essencial para assegurar a precisão das inferências, evitando que a presença de heterocedasticidade comprometa a validade dos resultados.

4. ANÁLISE DOS DADOS

4.1. ESTATÍSTICA DESCRITIVA

As estatísticas descritivas para as principais variáveis são observadas na TABELA 3 que destaca a variação e distribuição dos restos a pagar e outros indicadores fiscais e eleitorais entre os municípios analisados. A variável Montante de Inscrição de Restos a Pagar tem média de 238,63 por habitante e desvio padrão de 205,11, com valores entre zero e 1.550,59, indicando alta dispersão entre os entes. Os Restos a Pagar Processados registram média de 110,17 e desvio padrão de 103,55. A variação dessa categoria (ΔRPP) apresenta média de 4,11 e amplitude de -2.854,60 a 514,91, sugerindo ajustes significativos ao longo do tempo.

Os Restos Não Processados têm média mais elevada 128,46 e desvio padrão de 174,68, apontando para o adiamento de despesas em execução. A variação correspondente ($\Delta RPNP$) revela oscilações marcantes, com média de 9,53 e valores entre -5.001,91 e 1.026,02. Em relação à sustentabilidade fiscal, os Resultados Primário 162,64 e Nominal 163,90 apresentam alta dispersão, com desvios padrão de 513,08 e 552,53 respectivamente, refletindo realidades fiscais distintas entre os municípios.

TABELA 3: ESTATÍSTICA DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS

Variável	n	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Percentil 25	Mediana	Percentil 50	Máximo
MINSC	37004	238,63	205,11	0,00	93,51	184,54	322,47	1.550,59
RPP	37004	110,17	103,55	0,00	31,17	79,60	159,30	525,05
ΔRPP	28244	4,11	102,21	-2.854,60	-34,90	2,38	45,05	514,91
RPNP	37004	128,46	174,68	0,00	12,35	62,30	171,23	1.087,88
$\Delta RPNP$	28244	9,53	188,07	-5.001,91	-30,35	1,68	56,03	1.026,02
RPRI	37004	162,64	513,08	-8.555,25	-47,62	95,26	300,78	9.313,54
RNOM	37004	163,90	552,53	-8.366,42	-58,42	76,77	314,46	9.669,63
DELEICAO	37004	0,22	0,41	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
DREELEICAO	37004	0,28	0,45	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00
PIBPERC	37004	26.664	25.874	3.290	11.097	19.660	33.015	457.518
POP	37004	42.354	246.074	771	5.865	12.496	27.315	12.400.000
IDADEPREF	36999	49,56	10,78	21,00	42,00	50,00	57,00	95,00
DCENTRO	37004	0,65	0,48	0,00	0,00	1,00	1,00	1,00
DDIREITA	37004	0,29	0,45	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00
DESQUERDA	37004	0,06	0,24	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00

Notas: MINSC – Montante de Inscrição de Restos a Pagar: Representa o montante total de restos a pagar inscritos no exercício fiscal por habitante; RPP – Inscrição de Restos a Pagar Processados, Refere-se à inscrição de restos a pagar já processados por habitante; ΔRPP – Variação nos Restos a Pagar Processados por habitante, Refere-se à variação nos restos a pagar já processados por habitante; RPNP – Inscrição de Restos a Pagar Não Processados, Corresponde à inscrição de restos a pagar que ainda não foram processados por habitante; $\Delta RPNP$ – Variação nos Restos a Pagar Não Processados, Representa a variação nos restos a pagar não processados por habitante; RPRI: Indica a sustentabilidade fiscal do município com base na diferença entre receitas primárias e despesas primárias por habitante; RNOM – Resultado Nominal por habitante, indicador de sustentabilidade fiscal, obtido pela subtração do pagamento de juros do resultado primário; DELEICAO – Indicador de Ano Eleitoral: Indica se o ano em análise é eleitoral ou não, variando entre 1 (eleitoral) e 0 (não eleitoral); DREELEICAO – Probabilidade de Reelection do Prefeito: Indicador que mostra a probabilidade de reeleição do prefeito, variando entre 1 (reeleito) e 0 (não reeleito); PIBPERC: Indicador do desenvolvimento econômico do município; POP: Total de habitantes do município; IDADEPREF: Indica a idade dos prefeitos; DESQUERDA – Assume o valor 1 se o partido for classificado como Centro e 0 caso contrário; DCENTRO – Assume o valor 1 se o partido for classificado como Centro e 0 caso contrário; DDIREITA – Assume o valor 1 se o partido for classificado como Direita e 0 caso contrário.

Fonte: Elaborado pela autora.

As variáveis de contexto político, Ano Eleitoral e Probabilidade de Reelection, possuem médias de 0,22 e 0,28, respectivamente, indicando que anos eleitorais e reeleições ocorreram em menos de um terço dos casos, abrangendo tanto períodos eleitorais quanto não eleitorais.

Em termos de controle socioeconômico, o PIB per capita - PIBPERC dos municípios possui média de 26.664 mas também mostra grande variação, refletindo desigualdades econômicas entre as regiões. A População média dos municípios é de 42.354 habitantes, com ampla variação, destacando a diversidade de tamanhos das localidades analisadas.

No que tange, a Idade Média dos Prefeitos é de aproximadamente 49,56 anos, com desvio padrão de 10,78. Isso indica que, embora a maioria dos prefeitos esteja na faixa dos 40 a 50 anos, percebe-se uma diversidade significativa no perfil etário dos gestores municipais, sendo que a maioria dos gestores está em uma fase intermediária de suas carreiras, o que pode influenciar suas estratégias de gestão e decisões políticas. Por fim, a variáveis *dummys* que representam a ideologia do partido dos prefeitos apresenta a seguinte distribuição: 65% estão associados a partidos classificados como Centro, 29% pertencem a partidos de Direita e 6% a partidos de Esquerda.

A análise descritiva destaca um perfil diversificado do universo amostral, com variações significativas nas práticas fiscais, socioeconômicas e políticas entre os municípios. Essa heterogeneidade permite explorar como as diferenças em PIB per capita, população e resultados fiscais influenciam os contextos eleitorais e de reeleição. A seguir, a matriz de correlação investigará os vínculos entre restos a pagar, indicadores fiscais e variáveis políticas, aprofundando a compreensão dessas relações.

4.2. MATRIZ DE CORRELAÇÃO

O coeficiente de correlação é uma medida estatística que indica a força e a direção da relação linear entre duas variáveis, variando entre -1 e 1. Em relação à magnitude, correlações entre 0,10 e 0,30 são consideradas fracas, entre 0,30 e 0,50 são moderadas e acima de 0,50 são fortes (Hair et al., 2010; Gujarati & Porter, 2011). É importante destacar que essas correlações indicam apenas o grau de relação entre pares de variáveis, não sendo evidência conclusiva das hipóteses propostas.

Na matriz de correlação, observam-se associações preliminares entre restos a pagar, sustentabilidade fiscal e contexto eleitoral. A variável de ano eleitoral (DELEICAO) apresenta correlação negativa com o montante total de restos a pagar (MINSC), com os processados (RPP) e não processados (RPNP), indicando uma possível redução dessas obrigações em períodos eleitorais. Quanto à sustentabilidade fiscal, MINSC mostra correlação fraca e positiva com o Resultado Nominal (RNOM), enquanto RPRI e RNOM apresentam correlação forte, evidenciando sua interdependência. Observa-se ainda correlação moderada entre Δ RPP e RPP, e entre Δ RPNP e RPNP, sugerindo que as variações acompanham os volumes totais.

Merece destaque a correlação forte entre o montante de restos a pagar (MINSC) e os restos não processados (RPNP), indicando que a maior parte dos restos se concentra na categoria ainda em execução. Também foi observada correlação forte entre MINSC e os processados (RPP), sugerindo que ambos os tipos de restos contribuem de forma significativa para o total. Por outro lado, os RPP apresentaram correlação fraca e negativa com o Resultado Primário (RPRI), contrariando a expectativa de associação com melhor desempenho fiscal. No campo político, verificou-se correlação negativa acentuada entre partidos de esquerda (DESQUERDA) e de direita (DDIREITA), evidenciando polarização ideológica.

A variável DCENTRO apresentou correlações próximas de zero com os indicadores fiscais, sugerindo um padrão mais neutro de atuação. A variável DESQUERDA mostrou correlações negativas com MINSC e RPNP, sinalizando uma possível priorização da execução orçamentária dentro do próprio exercício. Embora essas correlações ofereçam indícios relevantes, não permitem inferências conclusivas, sendo necessário o aprofundamento nos

modelos econométricos para avaliar de forma robusta o comportamento fiscal dos gestores em contextos políticos distintos.

TABELA 4: MATRIZ DE CORRELAÇÃO

Variável	MINSC	RPP	ΔRPP	RPNP	ΔRPNP	RPRI	RNOM	DELEICAO	DREELEICAO	PIBPERC	POP	IDADEPREF	DESQUERDA	DCENTRO	DDIREITA
MINSC	1,00														
RPP	0,52	1,00													
ΔRPP	0,27	0,45	1,00												
RPNP	0,86	0,02	0,06	1,00											
ΔRPNP	0,34	0,01	0,06	0,39	1,00										
RPRI	0,10	-0,03	0,01	0,13	0,16	1,00									
RNOM	0,18	0,00	0,06	0,21	0,18	0,70	1,00								
DELEICAO	-0,17	-0,15	-0,22	-0,12	-0,09	-0,03	-0,11	1,00							
DREELEICAO	0,05	0,02	0,02	0,04	0,00	0,02	0,02	0,05	1,00						
PIBPERC	0,27	-0,02	0,00	0,32	0,02	0,15	0,17	-0,03	0,05	1,00					
POP	0,03	0,01	0,00	0,03	0,01	-0,02	-0,02	0,00	0,00	0,06	1,00				
IDADEPREF	0,01	-0,04	-0,01	0,03	0,01	0,00	0,01	0,01	0,06	0,07	0,03	1,00			
DCENTRO	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00	-0,01	-0,01	0,00	0,00	0,02	0,01	0,04	1,00		
DDIREITA	0,01	-0,02	0,00	0,02	0,01	0,02	0,02	0,01	0,00	0,02	-0,02	-0,03	-0,87	1,00	
DESQUERDA	-0,04	0,01	0,00	-0,05	-0,01	-0,03	-0,03	-0,02	0,00	-0,07	0,00	-0,03	-0,34	-0,16	1,00

Notas: MINSC – Montante de Inscrição de Restos a Pagar: Representa o montante total de restos a pagar inscritos no exercício fiscal; RPP – Inscrição de Restos a Pagar Processados, Refere-se à inscrição de restos a pagar já processados; ΔRPP – Variação nos Restos a Pagar Processados: Refere-se à variação nos restos a pagar já processados; RPNP– Inscrição de Restos a Pagar Não Processados, Corresponde à inscrição de restos a pagar que ainda não foram processados; ΔRPNP - Variação nos Restos a Pagar Não Processados, Representa a variação nos restos a pagar não processados.; RPRI: Indica a sustentabilidade fiscal do município com base na diferença entre receitas primárias e despesas primárias; RNOM – Resultado Nominal: Outro indicador de sustentabilidade fiscal, obtido pela subtração do pagamento de juros do resultado primário; DELEICAO – Indicador de Ano Eleitoral: Indica se o ano em análise é eleitoral ou não, variando entre 1 (eleitoral) e 0 (não eleitoral); DREELEICAO – Probabilidade de Reeleição do Prefeito: Indicador que mostra a probabilidade de reeleição do prefeito, variando entre 1 (reeleito) e 0 (não reeleito); PIBPERC: Indicador do desenvolvimento econômico do município; POP: Total de habitantes do município; IDADEPREF: Indica a idade dos prefeitos; DESQUERDA – Assume o valor 1 se o partido for classificado como Centro e 0 caso contrário; DCENTRO – Assume o valor 1 se o partido for classificado como Centro e 0 caso contrário; DDIREITA – Assume o valor 1 se o partido for classificado como Direita e 0 caso contrário; e Coeficientes com fundo de cinza foram significativos até ao nível de 10%.

Fonte: Elaborado pela autora.

4.3. RESULTADOS DAS REGRESSÕES

4.3.1. Inscrição de Restos a Pagar

Os resultados apresentados na TABELA 5 mostram os efeitos das variáveis eleitorais e socioeconômicas sobre a inscrição dos restos a pagar, considerando diferentes grupos de prefeitos. Foram analisados o Montante Total de Restos a Pagar (MINSC), os Restos Processados (RPP) e os Não Processados (RPNP), tanto no ano eleitoral (t) quanto no ano anterior (t-1). Para o Montante de Restos a Pagar, observa-se que os coeficientes da variável DELEICAO (t) são negativos e estatisticamente significativos em todos os grupos analisados, indicando uma tendência geral de redução na inscrição de restos a pagar durante os anos eleitorais. Esse comportamento sugere que os prefeitos adotam uma postura fiscal mais cautelosa nesse período, possivelmente com o objetivo de demonstrar responsabilidade fiscal à sociedade e aos órgãos de controle.

O efeito é mais expressivo entre prefeitos sem possibilidade de reeleição, o que pode refletir uma tentativa de encerrar o mandato com menores obrigações financeiras, seja para preservar sua imagem política ou evitar sanções legais. Já nos prefeitos em segundo mandato, o efeito permanece negativo e significativo, ainda que menos intenso, possivelmente influenciado pelas exigências da LRF ou pela fiscalização dos tribunais de contas.

Além disso, a variável DELEICAO (t-1) apresenta coeficientes igualmente negativos e significativos, indicando que os ajustes fiscais são iniciados no ano anterior ao pleito, evidenciando um comportamento estrategicamente planejado. Essa antecipação pode refletir uma tentativa de equilibrar as contas públicas para evitar sanções ou restrições à candidatura, especialmente nos casos em que os prefeitos ou seus aliados disputarão o cargo.

Adicionalmente, os coeficientes da variável eleitoral no ano anterior à eleição (t-1) também são negativos e significativos, indicando que os ajustes na inscrição de restos a pagar se iniciam antes do pleito, evidenciando um planejamento fiscal estratégico. Para os restos processados, observou-se padrão semelhante: prefeitos reduziram esses compromissos tanto no ano eleitoral quanto no anterior, com destaque para os gestores em primeiro mandato, sugerindo esforço em demonstrar controle fiscal e buscar apoio popular.

Quanto aos restos não processados, a redução também é significativa em todos os grupos no ano da eleição, com maior intensidade entre os prefeitos que não concorrem à reeleição, o que pode sinalizar uma postura mais rígida diante de obrigações futuras. A presença de coeficientes negativos e significativos em t-1 reforça a hipótese de que essas ações são antecipadas como parte de uma estratégia para acomodar os efeitos do ciclo político.

As variáveis de controle, como PIB per capita, População e Idade dos Prefeitos, mostraram influência significativa sobre os restos a pagar. O PIB per capita apresentou coeficientes positivos e estatisticamente significativos tanto para o montante total quanto para os restos a pagar não processados, indicando que municípios mais desenvolvidos economicamente tendem a registrar maiores volumes desses saldos, possivelmente por possuírem maior capacidade fiscal para suportar obrigações futuras. Em contrapartida, a idade dos prefeitos apresentou coeficiente negativo nos restos processados, sugerindo que gestores mais experientes adotam uma postura mais cautelosa em relação a compromissos já liquidados, o que pode refletir uma gestão fiscal mais conservadora.

Os valores do R^2 ajustado variaram entre 4% e 23%, indicando que os modelos explicam moderadamente a variabilidade na inscrição de restos a pagar, com maior poder explicativo para os não processados. As estatísticas F e os p-valores confirmam a significância dos modelos, apontando que as variáveis eleitorais e socioeconômicas exercem papel relevante na dinâmica dos restos a pagar, especialmente nos períodos eleitorais e imediatamente anteriores.

TABELA 5 - ESTIMATIVAS DOS MODELOS PROPOSTOS PARA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR – DUMMYS ELEIÇÃO EM t e t-1.

Variável Independente	Variável Dependente											
	Montante de Restos a Pagar (MINSC)				Restos a Pagar Processados (RPP)				Restos a Pagar Não Processados (RPNP)			
	Grupo de Amostra				Grupo de Amostra				Grupo de Amostra			
	TOTAL	2° ELE	Ñ REEL	1° ELE	TOTAL	2° ELE	Ñ REEL	1° ELE	TOTAL	2° ELE	Ñ REEL	1° ELE
	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.
CONSTANTE	-275,18***	-256,50***	-390,32***	-233,10***	251,56***	194,12***	198,84***	309,37***	-526,74***	-450,62***	-589,16***	-542,47***
DELEICAO (t)	-167,22***	-160,82***	-175,61***	-166,11***	-79,60***	-72,62***	-79,72***	-82,82***	-87,62***	-88,20***	-95,90***	-83,28***
DELEICAO (t-1)	-123,48***	-112,83***	-120,98***	-132,42***	-46,06***	-40,97***	-36,95***	-49,87***	-77,42***	-71,86***	-84,03***	-82,55***
LN(PIBPERC)	75,85***	73,17***	84,62***	72,90***	-8,10***	-3,45**	-4,87***	-12,78***	83,95***	76,62***	89,50***	85,68***
LN(POP)	-11,60***	-12,69***	-8,27***	-13,59***	0,35	0,24	1,27	-0,33	-11,95***	-12,92***	-9,54***	-13,26***
IDADEPREF	-0,30***	-0,16	-0,33*	-0,12	-0,37***	-0,26**	-0,17*	-0,39***	0,06	0,1	-0,16	0,27**
EFEITO ANO	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
N° Obs.	36999	11382	8955	16662	36999	11382	8955	16662	36999	11382	8955	16662
Estatística F	518,51	137,16	149,17	235,29	171,7	36,64	42,01	98,28	563,98	154,58	156,13	258,5
P-valor (F)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R² ajustado	17,00%	16,00%	20,00%	17,00%	5,00%	4,00%	5,00%	7,00%	20,00%	19,00%	23,00%	20,00%

Notas: MINSC – Montante de Inscrição de Restos a Pagar: Representa o montante total de restos a pagar inscritos no exercício fiscal; RPP – Inscrição de Restos a Pagar Processados, Refere-se à inscrição de restos a pagar já processados; RPNP– Inscrição de Restos a Pagar Não Processados, Corresponde à inscrição de restos a pagar que ainda não foram processados; DELEICAO – Indicador de Ano Eleitoral: Indica se o ano em análise é eleitoral ou não, variando entre 1 (eleitoral) e 0 (não eleitoral); DREELEICAO – Probabilidade de Reelection do Prefeito: Indicador que mostra a probabilidade de reeleição do prefeito, variando entre 1 (reeleito) e 0 (não reeleito); PIBPERC: Indicador do desenvolvimento econômico do município; POP: Total de habitantes do município; IDADEPREF: Indica a idade dos prefeitos; ***, ** e * significativos ao nível de 1%, 5% e 10% , respectivamente.

Dessa forma, os resultados apresentados na TABELA 5 oferecem suporte empírico à hipótese H1, que propõe a redução na inscrição de restos a pagar durante anos eleitorais. A análise evidencia que os gestores tendem a reduzir tanto os restos processados quanto os não processados nesse período, o que pode indicar uma estratégia de sinalização de responsabilidade fiscal e de preservação da flexibilidade orçamentária. Essa conduta é consistente entre os diferentes grupos de prefeitos, com maior intensidade entre aqueles sem possibilidade de reeleição, sugerindo uma tentativa de encerrar o mandato com responsabilidade fiscal. Já entre prefeitos em primeiro mandato, os resultados também apontam redução significativa, o que pode indicar um esforço de construção de imagem voltado à consolidação de apoio junto ao eleitorado.

Os resultados colaboram com a ideia de que, em anos eleitorais, gestores buscam projetar uma imagem de prudência fiscal, reduzindo a inscrição de restos a pagar para demonstrar responsabilidade financeira, conforme sugerido por Kuroki (2023) sobre a influência das práticas contábeis nos períodos eleitorais. Essa estratégia é particularmente observada entre prefeitos em primeiro mandato, que parecem querer consolidar uma imagem de gestão responsável, o que está em linha com estudos de Coelho (2004) e Crombach e Bohn (2024), que destacam o papel da transparência fiscal como um fator relevante para os eleitores.

Os achados deste estudo sugerem que, embora possam ocorrer elevações nos gastos com despesas de maior visibilidade aos olhos do eleitorado, conforme observado por Lautenschlage (2022), os gestores também demonstram cautela quanto à geração de passivos (Baksay & Kiss, 2023), optando por reduzir a inscrição de restos a pagar, tal evidência indica que o aumento das despesas não está necessariamente atrelado à criação de novas obrigações futuras.

Na TABELA 6, a análise é aprimorada ao detalhar os resultados das regressões que consideram os restos a pagar no ano seguinte ao ano eleitoral ($t+1$), organizando os dados em três variáveis dependentes: Montante de Restos a Pagar, Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados.

A análise da TABELA 6 revela que, no ano subsequente às eleições ($t+1$), prefeitos em primeiro mandato tendem a aumentar o montante de restos a pagar, com coeficiente positivo e estatisticamente significativo ao nível de 5%, sugerindo uma possível estratégia de adiamento de despesas para recompor a flexibilidade orçamentária após o ciclo eleitoral. Por outro lado, entre prefeitos em segundo mandato e aqueles sem possibilidade de reeleição, os coeficientes são negativos e estatisticamente não significativos, indicando que o ano pós-eleitoral não exerce influência relevante sobre esses grupos.

Em relação aos restos a pagar processados, o coeficiente de DELEICAO ($t+1$) é negativo e significativo para todos os grupos analisados, o que indica uma tendência de reduzir compromissos já formalizados após o pleito. Esse comportamento pode refletir uma tentativa de conter passivos imediatos e reorientar os recursos para outras prioridades da nova gestão. Já para os restos a pagar não processados, os coeficientes são positivos e significativos em todos os grupos, com maior intensidade entre prefeitos em primeiro mandato, o que sugere uma estratégia de postergar pagamentos e preservar margem de manobra fiscal diante das novas demandas administrativas.

As variáveis de controle também demonstram influência sobre os padrões observados. Municípios com maior PIB per capita tendem a acumular mais restos não processados, enquanto os processados são menores, possivelmente indicando maior capacidade de planejamento e controle fiscal. A idade dos prefeitos apresenta relação negativa e significativa com os restos processados, sugerindo que gestores mais experientes adotam condutas mais prudentes. O R^2 ajustado, variando de 4% a 23%, demonstra que os modelos explicam moderadamente a variação nas inscrições, especialmente dos restos não processados.

TABELA 6 - ESTIMATIVAS DOS MODELOS PROPOSTOS PARA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR – DUMMY ELEIÇÃO EM t+1

Variável Independente	Variável Dependente											
	Montante de Restos a Pagar (MINSC)				Restos a Pagar Processados (RPP)				Restos a Pagar Não Processados (RPNP)			
	Grupo de Amostra				Grupo de Amostra				Grupo de Amostra			
	TOTAL	2° ELE	Ñ REEL	1° ELE	TOTAL	2° ELE	Ñ REEL	1° ELE	TOTAL	2° ELE	Ñ REEL	1° ELE
	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.
CONSTANTE	-398,66***	-369,33***	-511,30***	-365,52***	205,50***	153,15***	161,89***	259,50***	-604,16***	-522,47***	-673,19***	-625,02***
DELEICAO (t+1)	5,8	-4,86	0,4	16,15**	-18,85***	-22,86***	-26,36***	-16,28***	24,65***	18,00***	26,76***	32,43***
LN(PIBPERC)	75,85***	73,17***	84,62***	72,90***	-8,10***	-3,45***	-4,87***	-12,78***	83,95***	76,62***	89,50***	85,68***
LN(POP)	-11,60***	-12,69***	-8,27***	-13,59***	0,35	0,24	1,27	-0,33	-11,95***	-12,92***	-9,54***	-13,26***
IDADEPREF	-0,30***	-0,16	-0,33*	-0,12	-0,37***	-0,26**	-0,17*	-0,39***	0,06	0,1	-0,16	0,27**
EFEITO ANO	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
N° Obs.	36999	11382	8955	16662	36999	11382	8955	16662	36999	11382	8955	16662
Estatística F	518,51	198,15	204,24	306,03	171,7	38,97	45,63	105,49	563,98	244,81	236,74	368,86
P-valor (F)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R² ajustado	17,00%	16,00%	20,00%	17,00%	5,00%	4,00%	5,00%	7,00%	20,00%	19,00%	23,00%	20,00%

Notas: MINSC – Montante de Inscrição de Restos a Pagar: Representa o montante total de restos a pagar inscritos no exercício fiscal; RPP – Inscrição de Restos a Pagar Processados, Refere-se à inscrição de restos a pagar já processados; RPNP– Inscrição de Restos a Pagar Não Processados, Corresponde à inscrição de restos a pagar que ainda não foram processados; DELEICAO – Indicador de Ano Eleitoral: Indica se o ano em análise é eleitoral ou não, variando entre 1 (eleitoral) e 0 (não eleitoral); DREELEICAO – Probabilidade de Reelection do Prefeito: Indicador que mostra a probabilidade de reeleição do prefeito, variando entre 1 (reeleito) e 0 (não reeleito); PIBPERC: Indicador do desenvolvimento econômico do município; POP: Total de habitantes do município; IDADEPREF: Indica a idade dos prefeitos; ***, ** e * significativos ao nível de 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Fonte: Elaborado pela autora.

Em complemento a análise da hipótese H1, os resultados apresentados na TABELA 6 sobre a dinâmica específica no ano pós-eleitoral, indicou que a gestão dos restos a pagar é influenciada pelas variáveis eleitorais e socioeconômicas. Gestores em seu primeiro mandato tendem a aumentar a inscrição de restos a pagar, particularmente os não processados, possivelmente como estratégia de adiamento de despesas, enquanto os restos processados são reduzidos, sugerindo um esforço para minimizar passivos imediatos e preservar flexibilidade orçamentária.

4.3.2. Probabilidade de Reeleição

A

TABELA 7 apresenta os coeficientes do modelo, considerando variáveis como a variação nos restos a pagar processados e não processados, além de variáveis de controle, como o PIB per capita, população e idade dos prefeitos. O modelo busca identificar se a gestão dos restos a pagar, juntamente com as condições socioeconômicas e o perfil do gestor, impacta a chance de reeleição.

TABELA 7 - ESTIMATIVA DO MODELO PROPOSTO LOGISTICO

Variável Independente	Variável Dependente: DREELEICAO			
	Coef.	Erro Padrão	Estat. Z	P-valor
ΔRPP	0,0004	0,0001	3,3700	0,0010***
ΔRPNP	-0,0002	0,0001	-2,3600	0,0180**
LN(PIBPERC)	0,0221	0,0188	1,1800	0,2400
LN(POP)	0,0191	0,0110	1,7400	0,0820*
IDADEPREF	0,0134	0,0012	11,5100	0,0000***
DDIREITA	-0,1282	0,0288	-4,4400	0,0000***
DESQUERDA	0,2475	0,0603	4,1000	0,0000***
EFEITO ANO		Sim		
Nº Obs.	28,242			
Estatística Chi2	849,210			
P-valor (Chi2)	0,000			
Pseudo R ²	0,026			

Notas: DREELEICAO – Probabilidade de Reeleição do Prefeito: Indicador que mostra a probabilidade de reeleição do prefeito, variando entre 1 (reeleito) e 0 (não reeleito); ΔRPP – Variação nos Restos a Pagar Processados: Refere-se à variação nos restos a pagar já processados; ΔRPNP - Variação nos Restos a Pagar Não Processados, Representa a variação nos restos a pagar não processados.; DREELEICAO – Probabilidade de Reeleição do Prefeito: Indicador que mostra a probabilidade de reeleição do prefeito, variando entre 1 (reeleito) e 0 (não reeleito); PIBPERC: Indicador do desenvolvimento econômico do município; POP: Total de habitantes do município; IDADEPREF: Indica a idade dos prefeitos ; DESQUERDA – Assume o valor 1 se o partido for classificado como Centro e 0 caso contrário; DDIREITA – Assume o valor 1 se o partido for classificado como Direita e 0 caso contrário – a categoria Centro foi utilizada como referência; ***, ** e * significativos ao nível de 1%, 5% e 10% , respectivamente.

Fonte: Elaborado pela autora.

Os resultados indicam que o aumento nos restos a pagar processados está positivamente associado à probabilidade de reeleição, com coeficiente significativo ao nível de 1%. Esse achado sugere que prefeitos que incrementam esse tipo de despesa podem estar financiando ações visíveis e de curto prazo, potencialmente bem recebidas pelos eleitores, o que contribui para sua permanência no cargo. Por outro lado, a variação nos restos a pagar não processados apresentou coeficiente negativo e estatisticamente significativo ao nível de 5%, indicando que

o acúmulo desse tipo de obrigação pode prejudicar as chances de reeleição, possivelmente por sinalizar postergação de compromissos e falta de responsabilidade fiscal.

Entre as variáveis de controle, destaca-se a idade dos prefeitos, que possui coeficiente positivo e altamente significativo, indicando que gestores mais experientes têm maior probabilidade de se reeleger, talvez em razão da percepção de estabilidade e maturidade administrativa valorizada pelo eleitorado. A população do município também apresentou efeito positivo e significativo ao nível de 10%, sugerindo que prefeitos de cidades maiores, com mais recursos e visibilidade, podem ter vantagem eleitoral.

O modelo logístico apresenta Pseudo R^2 de 0,026, indicando poder explicativo limitado, embora a estatística global do modelo seja significativa ($p < 0,01$). Isso sugere que outros fatores não incluídos também influenciam a decisão dos eleitores, mas reforça a importância da gestão dos restos a pagar no contexto eleitoral.

Por fim, observa-se impacto relevante da ideologia partidária. Prefeitos filiados a partidos de direita têm menor chance de reeleição, conforme aponta o coeficiente negativo e significativo da variável DDIREITA, possivelmente em razão de uma gestão fiscal mais restritiva. Em contraste, prefeitos de partidos de esquerda apresentam maior probabilidade de reeleição, conforme evidenciado pelo coeficiente positivo e significativo da variável DESQUERDA, o que pode refletir maior aceitação de políticas públicas com viés social ou expansivo por parte do eleitorado.

Logo, no tocante à hipótese H2, que sugere que a gestão estratégica dos restos a pagar impacta a probabilidade de reeleição dos prefeitos, os resultados da

TABELA 7 oferecem suporte para essa suposição. A análise mostra que a variação nos restos a pagar processados está positivamente associada à chance de reeleição, indicando que o uso desses recursos para financiar projetos visíveis e de curto prazo pode melhorar a percepção pública e aumentar as chances de continuidade do gestor no cargo. Em contrapartida, a variação nos restos a pagar não processados apresenta um efeito negativo e significativo.

Os resultados indicam que a variação nos restos a pagar processados está positivamente associada à probabilidade de reeleição, sugerindo que gestores podem utilizar restos a pagar para financiar projetos de curto prazo que favoreçam sua imagem pública. Essa prática corrobora os achados de Capalbo et al. (2021) sobre o comportamento oportunista para maximizar o apoio eleitoral e reforça as observações de Dias et al. (2018), que evidenciam o impacto dos investimentos públicos na reeleição.

Em contraste, a influência negativa dos restos a pagar não processados na reeleição, identificada neste estudo, não converge com a literatura que defende o aumento de investimentos com recursos pendentes, como observado por Cohen et al. (2019), sugerindo que tais despesas pendentes podem ser interpretadas de forma menos favorável pelo eleitorado.

4.3.3. Sustentabilidade Fiscal

Por fim, nesta subseção são analisados os resultados dos modelos de regressão para os indicadores de sustentabilidade fiscal dos municípios, representados pelo Resultado Primário e pelo Resultado Nominal. A TABELA 8 apresenta os coeficientes estimados para as variáveis independentes e suas interações com o ano eleitoral, com o objetivo de entender como fatores como restos a pagar e condições socioeconômicas impactam a sustentabilidade fiscal, especialmente em contextos eleitorais.

TABELA 8 - ESTIMATIVA DOS MODELOS PROPOSTOS PARA SUSTENTABILIDADE FISCAL

Variável Independente	Variável Dependente			
	Resultado Primário (RPRI)		Resultado Nominal (RNOM)	
	Coef.	p-valor	Coef.	p-valor
CONSTANTE	-247,095	0,000***	425,750	0,000***
DELEICAO	184,106	0,000***	113,120	0,000***
RPP	0,081	0,003***	0,106	0,000***
RPNP	0,249	0,000***	0,431	0,000***
DELEICAO*RPP	-0,356	0,000***	0,046	0,508
DELEICAO*RPNP	-0,112	0,011**	0,039	0,406
LN(PIBPERC)	71,347	0,000***	81,538	0,000***
LN(POP)	-51,557	0,000***	45,055	0,000***
IDADEPREF	0,005	0,983	0,118	0,637
EFEITO ANO	Sim	Sim	Sim	Sim
Nº Obs.	36999		36999	
Estatística F	363,45		399,88	
P-valor (F)	0,000***		0,000***	
R² ajustado	13,80%		14,00%	

Notas: RPRI: Indica a sustentabilidade fiscal do município com base na diferença entre receitas primárias e despesas primárias; RNOM – Resultado Nominal: Outro indicador de sustentabilidade fiscal, obtido pela subtração do pagamento de juros do resultado primário; DELEICAO – Indicador de Ano Eleitoral: Indica se o ano em análise é eleitoral ou não, variando entre 1 (eleitoral) e 0 (não eleitoral); RPP – Inscrição de Restos a Pagar Processados, Refere-se à inscrição de restos a pagar já processados; RPNP– Inscrição de Restos a Pagar Não Processados, Corresponde à inscrição de restos a pagar que ainda não foram processados; PIBPERC: Indicador do desenvolvimento econômico do município; POP: Total de habitantes do município; IDADEPREF: Indica a idade dos prefeitos; ***, ** e * significativos ao nível de 1%, 5% e 10% , respectivamente.

Fonte: Elaborado pela autora.

Os resultados indicam que a variável eleitoral (DELEICAO) possui coeficientes positivos e estatisticamente significativos tanto para o Resultado Primário quanto para o Resultado Nominal, sugerindo que, em anos eleitorais, os gestores promovem melhorias nos indicadores de sustentabilidade fiscal, possivelmente como estratégia para projetar uma imagem de responsabilidade junto ao eleitorado. No entanto, os efeitos das interações entre DELEICAO e os restos a pagar são heterogêneos. A interação com os restos processados (DELEICAO*RPP) apresentou efeito negativo sobre o Resultado Primário e ausência de significância para o Resultado Nominal, indicando que o aumento desses passivos em anos eleitorais pode comprometer parcialmente a sustentabilidade fiscal. Já a interação com os restos não processados (DELEICAO*RPNP) é negativa e significativa para o Resultado Primário, sugerindo que o acúmulo dessas obrigações em períodos eleitorais enfraquece os fundamentos fiscais de curto prazo.

Isoladamente, tanto os restos processados quanto os não processados apresentaram coeficientes positivos e altamente significativos em ambos os indicadores fiscais. Esses achados indicam que o uso dos restos a pagar pode funcionar como uma ferramenta de ajuste contábil, contribuindo para uma melhora temporária nos resultados fiscais, especialmente por meio do adiamento de compromissos. No entanto, essa estratégia, embora eficaz no curto prazo, pode gerar riscos à sustentabilidade de longo prazo caso não venha acompanhada de medidas estruturais.

Entre as variáveis de controle, o PIB per capita se mostrou positivamente associado à sustentabilidade fiscal, sugerindo que municípios com maior desenvolvimento econômico

apresentam melhores resultados, possivelmente devido a uma base de arrecadação mais robusta. Por outro lado, a população apresentou efeitos distintos: coeficiente negativo e significativo para o Resultado Primário, e positivo para o Resultado Nominal, indicando que o tamanho do município influencia de forma diferente os aspectos da sustentabilidade, possivelmente em função da pressão por serviços e da capacidade de arrecadação.

O modelo apresentou R^2 ajustado de 13,8% para o Resultado Primário e 14,0% para o Resultado Nominal, revelando capacidade moderada de explicação. As estatísticas F e os p-valores altamente significativos confirmam a robustez do modelo, evidenciando que práticas fiscais adotadas durante os ciclos eleitorais, especialmente o uso dos restos a pagar, influenciam os indicadores de sustentabilidade fiscal e revelam *trade-offs* entre os resultados de curto prazo e os riscos para o equilíbrio futuro das contas públicas.

Por fim, em relação à hipótese H3, que propõe que a gestão dos restos a pagar e as variáveis eleitorais influenciam a sustentabilidade fiscal dos municípios, os resultados da TABELA 8 oferecem suporte parcial a essa hipótese. Embora os restos a pagar processados e não processados exibam coeficientes positivos e significativos para ambos os indicadores de sustentabilidade fiscal, indicando uma melhoria temporária nos resultados fiscais, as interações DELEICA0*RPP e DELEICA0*RPNP apresentam impactos negativos e significativos no Resultado Primário, reforçando que a acumulação de restos a pagar em anos eleitorais pode comprometer a sustentabilidade fiscal primária.

A análise dos resultados sobre a sustentabilidade fiscal indica que o uso de restos a pagar está associado a uma melhora temporária nos indicadores fiscais, o que converge com os estudos de Santos et al. (2012) e Almeida et al. (2018) sobre o papel dos restos a pagar como ferramenta de ajuste contábil. No entanto, a melhoria temporária sugere um impacto apenas de curto prazo, alinhando-se com a análise de Onofrei et al. (2020) sobre a limitação das práticas fiscais em contextos de alta pressão política. Os achados reforçam ainda o argumento de que a manipulação dos restos a pagar visa um equilíbrio momentâneo, como pontuado por Costa et al. (2017), embora tais práticas possam comprometer a sustentabilidade fiscal no longo prazo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar os impactos da utilização dos restos a pagar como instrumento de gerenciamento de resultados na sustentabilidade fiscal e na reeleição de prefeitos municipais. A análise empírica confirmou a hipótese H1, indicando que em anos eleitorais, os prefeitos adotam postura cautelosa, reduzindo a inscrição de restos a pagar como sinalização de responsabilidade fiscal. Contudo, observou-se que, no ano seguinte às eleições, há um aumento dos restos não processados, sugerindo o adiamento de despesas para preservar a imagem da gestão no período eleitoral.

Esses achados contribuem teoricamente para a literatura sobre ciclos políticos e *accountability* fiscal, reforçando a ideia de que os prefeitos ajustam suas práticas contábeis em resposta ao calendário eleitoral. Em termos práticos, os resultados sinalizam aos Tribunais de Contas a necessidade de fiscalizar não apenas o final do mandato, mas todo o ciclo político, com atenção especial às dinâmicas de $t-1$, t e $t+1$, ampliando o escopo do controle preventivo.

A hipótese H2 também foi confirmada. Verificou-se que os restos processados impactam positivamente na probabilidade de reeleição, por representarem entregas efetivas à população, enquanto os não processados demonstraram efeito contrário reduzindo as chances de reingresso. Esse comportamento revela que os eleitores valorizam ações visíveis e finalizadas, ainda que registradas como obrigações futuras, o que enfatiza a importância de uma gestão fiscal transparente e alinhada à realidade financeira do município.

Em relação à H3, os resultados demonstraram que o uso de restos a pagar pode melhorar temporariamente os indicadores fiscais, proporcionando alívio pontual às contas públicas. No

entanto, esse efeito é efêmero e compromete a sustentabilidade fiscal a médio e longo prazo, especialmente quando há interação com o ano eleitoral. Isso destaca o risco fiscal do uso intensivo dessas práticas, mesmo que estejam formalmente dentro dos limites legais.

Entre as limitações do estudo, destaca-se a restrição da base de dados contábeis, que só está completa a partir de 2015, além da ausência de informações para alguns municípios, o que impactou a abrangência e representatividade da amostra. Além disso, a falta de dados específicos de municípios menores pode ter reduzido a diversidade de práticas identificadas, especialmente em relação às estratégias contábeis adotadas em diferentes contextos políticos e econômicos.

Como sugestões para futuras pesquisas, recomenda-se ampliar o período de análise para incluir mais ciclos eleitorais e investigar a relação entre a redução dos restos a pagar e o aumento de despesas de exercícios anteriores, cancelamentos ou disponibilidade de caixa. Também se sugere aprofundar a análise sobre a qualidade da informação contábil, avaliando se entidades com alta nota no *ranking* da Qualidade da Informação Contábil promovido pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN adotam práticas oportunistas com restos a pagar, o que pode revelar fragilidades na governança fiscal.

REFERÊNCIAS

- Al Sayed, O., Samir, A., & Anwar, H. H. (2020). Assessing fiscal sustainability in Egypt: a comparative study. *Revista de Economia e Ciência Política*, 6(4), 292–310.
- Almeida, F. F., Sakurai, S. N., & Almeida, R. B. (2018). Incentivos eleitorais e regras fiscais (não tão) rígidas: novas evidências para os municípios brasileiros a partir da rubrica restos a pagar. *Anais do XLIV Encontro Nacional de Economia*, 1–38. <https://doi.org/10.38116/ppe53n1art2>
- Aquino, A. C. B., & Azevedo, R. R. (2017). Restos a pagar e a perda da credibilidade orçamentária. *Revista de Administração Pública*, 51(4), 580–595. <https://doi.org/10.1590/0034-7612163584>
- Araújo, R. J. R., Queiroz, D. B., & Paulo, E. (2023). Incentivos eleitorais e o gerenciamento de resultados orçamentários por meio de restos a pagar. *Revista de Administração Pública*, 57(6), e2022-0382. <https://doi.org/10.1590/0034-761220220382>
- Arcas, M. J., & Martí, C. (2016). Financial performance adjustment in English local governments. *Australian Accounting Review*, 26(2), 141–152.
- Baksay, G., & Kiss, P. G. (2023). Fókuszban a fiskális fenntarthatóság. *Public Finance Quarterly*, 69(1), 92–108. https://doi.org/10.35551/PSZ_2023_1_6
- Bartoluzzio, A. I. S. de S., & Anjos, L. C. M. dos. (2020). Ciclos políticos e gestão fiscal nos municípios brasileiros. *Revista de Administração Contemporânea*, 24(2), 167–180. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2020190190>
- Benedictis-Kessner, J. de, & Warshaw, C. (2020). Accountability for the local economy at all levels of government in United States elections. *American Political Science Review*, 114(3), 660–676.
- Benito, B., Guillamón, M. D., & Ríos, A. M. (2021). Political Budget Cycles in Public Revenues: Evidence From Fines. *SAGE Open*, 11(4). <https://doi.org/10.1177/21582440211059169>
- Bessho, S.-I., & Hirota, H. (2021). Do public account financial statements matter? Evidence from Japanese municipalities. *European Journal of Political Economy*, 67(102358). <http://www.cirje.e.u-tokyo.ac.jp/research/03research02dp.html>

- Bolognesi, B., Ribeiro, E., & Codato, A. (2023). Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, 66(2), e20210164. <https://doi.org/10.1590/dados.2023.66.2.303>
- Buendía-Carrillo, D., Lara-Rubio, J., Navarro-Galera, A., & Gómez-Miranda, M. E. (2020). The impact of population size on the risk of local government default. *International Tax and Public Finance*, 27(5), 1264–1286. <https://doi.org/10.1007/s10797-020-09591-9>
- Cabral, F. G. (2020). Is the federal audit court a political body? *Revista de Investigações Constitucionais*, 7(1), 237–284. <https://doi.org/10.5380/RINC.V7I1.71868>
- Caldeira, A. A., Wilbert, M. D., Moreira, T. B. S., & Serrano, A. L. M. (2016). Sustentabilidade da dívida estadual brasileira: uma análise da relação dívida líquida e resultado primário. *Revista de Administração Pública*, 50(2), 285–306. <https://doi.org/10.1590/0034-7612151140>
- Camargo, M. E., & Sehnem, A. (2010). Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a prestação de contas das prefeituras catarinenses. *Race: revista de administração, contabilidade e economia*, 9(1), 251–272.
- Campos, M. L. dos S., Pereira Júnior, L. H. T., Nascimento, F. A., Palmeira, E. M., & Colvero, R. B. (2023). Análise Comparativa Dos Restos A Pagar Em Itaquí, São Borja E Uruguaiana: Implicações Da Lei De Responsabilidade Fiscal. *Issue 12. Ser*, 25, 57–65. <https://doi.org/10.9790/487X-2512065765>
- Capalbo, F., Lupi, C., Smarra, M., & Sorrentino, M. (2021). Elections and earnings management: evidence from municipally-owned entities. *Journal of Management and Governance*, 25(3), 707–730. <https://doi.org/10.1007/s10997-020-09523-z>
- Carvalho, M. de, & Piscitelli, R. B. (2014). Análise da relação entre restos a pagar exigíveis e resultado primário. *Caderno Aslegis*, 51(1), 17–35.
- Cassimiro, F. I., Nascimento, R. S. do, & Viotto, R. (2021). Avaliação dos determinantes de endividamento público dos Entes Subnacionais Brasileiros. *Revista Controle: Doutrinas e artigos*, 1, 236–274. www.tesourotransparente.gov.br
- Chen, X., Lee, C. W. J., & Li, J. (2008). Government assisted earnings management in China. *Journal of Accounting and Public Policy*, 27(3), 262–274. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2008.02.005>
- Cigu, E., Bercu, A. M., Tofan, M., & Tiță, S. M. (2022). Exploring the fiscal responsibility through active citizenship for governance quality. *Sustainability (Switzerland)*, 14(1). <https://doi.org/10.3390/su14010145>
- Coelho, C. A. C. (2004). *Ciclos Político Econômicos e o Poder Local*. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Minho Escola de Economia e Gestão.
- Cohen, S., Bisogno, M., & Malkogianni, I. (2019). Earnings management in local governments: the role of political factors. *Journal of Applied Accounting Research*, 20(3), 331–348. <https://doi.org/10.1108/JAAR-10-2018-0162>
- Cohen, S., & Malkogianni, I. (2021). Sustainability measures and earnings management: Evidence from Greek municipalities. *Journal of public budgeting, accounting & financial management*, 33(4), 365–386.
- Costa, C. B. da, Raupp, F. M., & Tezza, R. (2017). Endividamento público: uma análise da dívida consolidada e dos resultados nominal e primário dos municípios catarinenses. *Revista Conhecimento Contábil*, 5(2), 105–122.
- Costa, J. I. de F., Travassos, S. K. M., Libonati, J. J., Ribeiro Filho, J. F., & Soares, V. S. (2013). Regime de competência aplicado ao setor público: análise no reconhecimento dos restos a pagar não processados e despesas de exercícios anteriores dos municípios

- brasileiros. *Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS*, 10(3), 240–253.
- Crombach, L., & Bohn, F. (2024). Uninformed voters with (im)precise expectations: Explaining political budget cycle puzzles. *Economics and Politics*, 36(1), 275–311. <https://doi.org/10.1111/ecpo.12237>
- Cruz, A. ferreira da, Lopes, B. L., Pimenta, D. P., & Soares, G. F. (2018). The fiscal management of the state of Rio de Janeiro: An analysis in light of the fiscal responsibility law and debt sustainability in the period from 2001 to 2017. *Revista de Administracao Publica*, 52(4), 764–775. <https://doi.org/10.1590/0034-7612174116>
- Dechow, P. M. ; Sloan, R. G., & Sweeney, A. P. (1995). Detecting earnings management. *The Accounting Review*, 70(2), 193–225.
- Dias, B. P., Nossa, V., & Monte-Mor, D. S. (2018). Does public investment influence re-election? An empirical study of the municipalities of the state of espírito Santo. *Revista de Administracao Publica*, 52(5), 880–898. <https://doi.org/10.1590/0034-7612172594>
- Downs, A. (1957). An economic theory of political action in a democracy. *Journal of political economy*, 65(2), 135–150.
- Fan, S., Pang, Y., & Pestieau, P. (2020). A model of the optimal allocation of government expenditures. *Journal of Public Economic Theory*, 22(4), 845–876. <https://doi.org/10.1111/jpet.12416>
- Fattorelli, M. L., Ávila, R., & Muller, R. (2021). *Gastos com a Dívida Pública Cresceram 33% em 2020*. <https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS>
- Gonçalves, L. G., Funchal, B., & Bezerra Filho, J. E. (2017). A influência dos ciclos políticos nos investimentos públicos em infraestrutura: Um estudo nos estados brasileiros no período de 2003 a 2014. *Revista de Administracao Publica*, 51(4), 462–481. <https://doi.org/10.1590/0034-7612156337>
- Greene, W. H. (2008). The econometric approach to efficiency analysis. *The measurement of productive efficiency and productivity growth*, 1(1), 92–250.
- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Econometria básica*. Em Porto Alegre: AMGH (Org.), *Porto Alegre: AMGH* (5º ed).
- Gwóźdź, T., & Kołodziej, D. (2024). Fiscal sustainability – a comparative approach. *Roczniki Administracji i Prawa*, 1(XXIV), 115–132. <https://doi.org/10.5604/01.3001.0054.4679>
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., & Anderson, R. E. (2010). *Multivariate data analysis: Pearson College division. Person: London, UK*.
- Healy, P. M., & Wahlen, J. M. (1999). A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting horizons*, 13(4), 365–383.
- Hibbs, D. A. (1977). Political parties and macroeconomic policy. *American political science review*, 71(4), 1467–1487.
- Johanson, A. (2016). *LRF e a influência dos fatores políticos na gestão dos recursos públicos: Uma análise no resultado primário dos municípios capixabas no período de 1998 a 2013*. (Dissertação de mestrado). Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças - FUCEPE.
- Kuroki, M. (2023). Voter rationality, the use of accounting information and voting behavior: evidence from a referendum. *Pacific Accounting Review*.
- Lautenschlage, J. (2022). The Influence of Mayors’ Characteristics and Elections on the Composition of Brazilian Municipalities’ Expenditures. *International Journal of Economics and Finance*, 14(10), 23. <https://doi.org/10.5539/ijef.v14n10p23>

- Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.* (1964). Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Casa Civil
- Lei nº 101, de 4 de maio de 2000.* (2000). Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Casa Civil.
- Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000.* (2000). Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Casa Civil.
- Li, T., & Feiock, R. C. (2020). Explaining State Budget Punctuations: Policy Transparency, Political Institutions, and Electoral Incentives. *Policy Studies Journal*, 48(4), 926–952. <https://doi.org/10.1111/psj.12344>
- Lima, C. A. M. C., Boente, D. R., & Stefanelli, N. O. (2024). Determinantes do cumprimento das despesas com pessoal e do resultado primário nos estados brasileiros: uma análise de 2017 a 2022. *Revista de Administração Pública*, 58(3). <https://doi.org/10.1590/0034-761220230321>
- Louzano, J. P. de O., Abrantes, L. A., Almeida, F. M. de, Oliveira, G. de A., & Rocha, T. C. da. (2020). Participation funds of the states and their implications on incomes and expenses of the State. Em *Estudios Gerenciales* (Vol. 36, Número 154, p. 15–26). Universidad Icesi. <https://doi.org/10.18046/j.estger.2020.154.3445>
- Louzano, J. P. de O., Abrantes, L. A., & Júnior, A. C. B. (2023). Transferências Intergovernamentais e Desenvolvimento Econômico: Uma Aplicação de Dados em Painel Espacial para os Estados Brasileiros. *Brazilian Business Review*. <https://doi.org/10.15728/bbr.2022.1288.pt>
- Marciniuk, F. L., & Bugarin, M. S. (2019). A influência da reeleição nas políticas fiscais subnacionais. *Revista Brasileira de Economia*, 73(2). <https://doi.org/10.5935/0034-7140.20190009>
- Martins, J. C. dos S., Caldas, O. V., & Bezerra Filho, J. E. (2021). Determinantes da situação financeira: uma análise dos maiores municípios brasileiros. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 26(2), 1–15.
- MDF. (2023). *Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF* (Secretaria do Tesouro Nacional - STN, Org.; 13º ed).
- Mendes, W. D. A., Rocha, L. D. P., Ferreira, M. A. M., & Faria, E. R. de. (2020). Papel do Tribunal de Contas no controle financeiro municipal. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 17(42), 103–119. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2020v17n42p103>
- Nakaguma, M. Y., & Bender, S. (2006). A emenda da reeleição e a Lei de Responsabilidade Fiscal: impactos sobre ciclos políticos e performance fiscal dos Estados (1986-2002). *Economia aplicada*, 10, 377–397.
- Nordhaus, W. D. (1975). *Political Business Cycle*. <https://elischolar.library.yale.edu/cowles-discussion-paper-series>
- Nunes, S. P. P., Marcelino, G. F., & Silva, C. A. T. (2019). The Courts of Accounts on the interpretation of the Fiscal Responsibility Law. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 13. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2019.145151>
- Omurgonulsen, M., & Omurgonulsen, U. (2009). Critical thinking about creative accounting in the face of a recent scandal in the Turkish banking sector. *Critical Perspectives on Accounting*, 651–673.

- Onofrei, M., Vatamanu, A. G., Bostan, I., Oprea, F., Paraschiv, G., & Lazar, C. M. (2020a). The implication of fiscal principles and rules on promoting sustainable public finances in the EU countries. *Sustainability (Switzerland)*, 12(7). <https://doi.org/10.3390/su12072772>
- Onofrei, M., Vatamanu, A. G., Bostan, I., Oprea, F., Paraschiv, G., & Lazar, C. M. (2020b). The implication of fiscal principles and rules on promoting sustainable public finances in the EU countries. *Sustainability (Switzerland)*, 12(7). <https://doi.org/10.3390/su12072772>
- Pimpong, S., & Tei, F. (2022). Fiscal responsibility legal framework: New paradigm for fiscal discipline during elections in Ghana? *International Journal of Political Science and Governance*, 4(1), 138–142. www.journalofpoliticalscience.com
- Ribeiro, M. V. J. B., Janiszewski, V., Lopes, L. da C. L., & Lagioia, U. C. T. (2022). Análise do reflexo da inscrição de restos a pagar no resultado primário dos municípios pernambucanos. *Revista Gestão e Organizações*, 7(2).
- Ribeiro, R. R. M., Mattos, R. M. de, Pavão, J. A., Borges, I. M. T., & Mattiello, K. (2024). Análise da gestão de endividamento público nas cinco melhores cidades para se viver no Paraná. *Themes focused on interdisciplinarity and sustainable development worldwide V. 02*. <https://doi.org/10.56238/sevened2024.003-049>
- Rogoff, K. (1987). Equilibrium political budget cycles. *American Economic Review*, 80(1), 21–36.
- Rotta, E., Smolski, F. M. da S., & Lago, I. C. (2023). Perfil dos candidatos e dos eleitos a prefeito. *DRd - Desenvolvimento Regional em debate*, 13, 213–230. <https://doi.org/10.24302/drd.v13.4221>
- Santos, R. I. dos, Costa, P. H. C. de H., & Silva, V. da. (2021). Gestão de restos a pagar: estudo de caso dos resultados alcançados pelo estado de Alagoas no período de 2004 a 2020. *Revista Fatec Zona Sul - REFAS*, 8(2).
- Santos, P. S. A., Machado, D. G., & Scarpin, J. E. (2012). Gerenciamento de Resultados no Setor Público: Análise por meio das Contas Orçamentárias Outras Receitas e Despesas Correntes dos Municípios de Santa Catarina. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, 23(4), 15–43. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=197026282002>
- Segerberg, T. (2024). The Personalization of Electoral Participation? The Relationship Between Trait Evaluations of Presidential Candidates and Turnout Decisions in American Presidential Elections 1980–2020. *Political Behavior*. <https://doi.org/10.1007/s11109-024-09949-3>
- Silva, M. Q. da. (2022). Fiscal austerity as a financing policy for education: The case of the county of Curitiba-PR between 2017 and 2019. *Education Policy Analysis Archives*, 30. <https://doi.org/10.14507/epaa.30.6665>
- Waldna, F. S. (2018). *Qual a influência do ciclo político no comportamento dos restos a pagar no contexto do estado de Mato Grosso?* (Dissertação de mestrado). Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças - FUCAPE.
- Wooldridge, J. (2010). *Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data* (MA:MIT Press, Org.; 2º ed).